

Eu, meu Nome, meu Território: Uma Ação Clínica com “Meninos de Rua”

I, my Name, my Territory: A Clinical Action with “Street Kids”

Yo, mi Nombre, mi Territorio: Una Acción Clínica con “Niños de la Calle”

Moi, mon Nom, mon Territoire : Une Action Clinique avec des « Gamins des Rues »

 10.5020/23590777.rs.v25i3.e15112

Paula Cristina Monteiro de Barros

Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco (2003); Especialização em Psicologia Clínica de Orientação Psicanalítica pelo Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem, em convênio com a Unicamp-SP (2006); Mestra em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (2009); Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco em cotutela com o Doctorat de Recherche en Psychopathologie et Psychanalyse da Université Paris Diderot / Paris 7 (2015). Atua em Psicologia Clínica desde 2003 e trabalhou na Assistência Social no atendimento clínico-institucional com crianças e adolescentes em situação de rua, bem como com famílias em situação de vulnerabilidade social, realizando pesquisas sobre essas temáticas. Atualmente, é professora Assistente na UNICAP (graduação e pós-graduação em Psicologia) e integrante do grupo de pesquisa Psicopatologia Fundamental e Psicanálise. Membro do grupo de pesquisa do CNPQ, intitulado “Psicanálise e interlocuções: clínica, política e cultura”. Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Juventudes, vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco.

Luis Felipe Moreira

Psicólogo formado pela Universidade Católica de Pernambuco (2024). Especialização em Clínica Psicanalítica da Criança e do Adolescente, pelo Instituto ESPE (em andamento) e Especialização em Clínica Psicanalítica do Bebê, pela UniFafire (em andamento).

Elio Valois Abreu Caldas de Sá

Graduado em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco (2023). Atualmente é psicólogo - Comunidade dos Pequenos Profetas. Possui especialização em “Intervenções Clínicas em Psicanálise” pela Faculdade Frassinetti do Recife (2024) e especialização em andamento em “Clínica Lacaniana” pelo ESPE. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica e Social.

Maria Fernanda Gomes Cavalcanti Neves

Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia clínica, infantil e institucional, bem como na área de pesquisa. Mestranda em psicologia clínica. Pós-graduada em intervenções clínicas em psicanálise e especialização em andamento em psicanálise, arte e literatura. Curso de especialização em clínica com adolescente completo. Voluntariado em instituição para crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade social e voluntariado em clínica escola da Universidade Católica de Pernambuco. Psicóloga parceira no Instituto Duo, acolhendo demandas de parentalidade, perinatalidade e infância.

Maria Luísa Pereira de Oliveira Lima

Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco (2023). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica. Pós-graduanda em Clínica Psicanalítica.

Natália Nóbrega da Cruz Souza

Psicóloga formada pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com atuação clínica fundamentada na psicanálise. Possui experiência no atendimento a crianças, adolescentes e adultos, com ênfase em contextos de vulnerabilidade social. Atua na ONG Comunidade Pequenos Profetas, além de atendimentos em consultório particular. Desenvolveu experiência na área hospitalar oncológica durante estágio no Hospital Unimed Recife. É pós-graduada em Intervenções Clínicas em Psicanálise pela Unifafire e, atualmente, cursa especialização em Clínica Lacaniana pelo Instituto Espe.

Sandra Maria Nunes Lorenzato

Formanda em capacitação em intervenção precoce-PROCIPE-2025. Especialização em Intervenções Clínicas - Fafire, (2024-2025), Psicóloga pela Universidade Católica de Pernambuco (2023), MBA em Gestão de Negócios, pela Universidade Católica de Pernambuco; (2013), graduação em Relações Públicas, (UNICAP), (2008), Vice coordenadora voluntária do Projeto de Extensão: Serviço do Serviço de Atenção à Pessoa Idosa - SAI (UNICAP), desde 2021, Pesquisadora do PIBIC -Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, 2021-2022 - no Projeto de Pesquisa intitulado: Vulnerabilidade e Condições Sociais e de Saúde da Pessoa Idosa na Atenção Primária e Instituições de Longa Permanência - Estudo Comparativo no Brasil, Portugal e Espanha: A situação em Recife/PE. Monitoria em Psicologia do Adulto e do Idoso (2022). Participação no Projeto de extensão: EU E MEU TERRITÓRIO: uma ação clínica com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Teresa Alexandrina Maura da Motta e Albuquerque

Psicóloga Clínica (2024) formada pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Pós-graduanda em Intervenções Clínicas na Abordagem Psicanalítica (2025), pelo Centro Universitário Paula Frassinetti (Unifafire). Concluiu as especializações em Políticas Culturais (1997) e em Gestão e Tecnologia da Informação (2009), ambas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e em Terapia Sistêmica de Casal e Família (2018), pela Faculdade de Ciências Humanas Esuda. É também graduada em Serviço Social pela UFPE (1986).

Resumo

Rupturas, violências, violação dos direitos humanos, perdas drásticas, tráfico de drogas, exploração sexual, delitos, errâncias. É na trama desses fatores que se desenha a complexa realidade de segregação social de milhares de crianças e adolescentes que vagueiam pelas ruas, pelas casas, pelas instituições, a escancarar o contexto perverso que se esforça por apagar todo e qualquer traço de humanidade dos “meninos de rua”. Este artigo resulta de uma ação de extensão, que teve por objetivo propiciar, por meio de grupo operativo, um espaço de construção coletiva acerca do nome próprio, da apropriação do sujeito e do território para adolescentes em situação de vulnerabilidade psíquica e social. Ancorando-se no referencial teórico psicanalítico, a ação clínica, assim como a construção deste texto, visaram a pôr em relevo, na vida dessas crianças e adolescentes, as funções psíquicas do nome próprio e do território, entendendo-as como constitutivas de lugares psíquicos e de espaços de pertencimento e reconhecimento para sujeitos do desejo, a despeito da dessubjetivação e da marca de exclusão que a denominação “meninos de rua” carrega.

Palavras-chave: psicanálise, meninos de rua, nome próprio, território, instituição.

Abstract

Ruptures, violences, violation of human rights, drastic losses, drug trafficking, sexual exploitation, crimes, wandering... It's in the plot of these factors that it takes form the complex reality of the social segregation of thousands of children and adolescents who wander in the streets, houses, institutions, revealing the perverse context that strives to erase all “street kids” human features. This article results from an outreach project that aimed at providing, through an operative group, a space for the collective construction about the proper names, the appropriation of the subject and the territory for teenagers in situation of psychological and social vulnerability. Anchored in the psychoanalytic theoretical framework, the clinical action as well as the construction of this text, aimed at highlighting the lives of the children and adolescents, the psychic functions of the proper name and the territory, understanding them as constitutives of psychic places and spaces of belonging and recognition for subjects of desire, in spite of desubjectivization and the mark of exclusion that the name “street kids” carries.

Keywords: psychoanalysis, street kids, proper name, territory, institution.

Resumen

Rupturas, violencias, violación de los derechos humanos, pérdidas drásticas, narcotráfico, explotación sexual, delitos, errancias. Es en la trama de estos factores donde se configura la compleja realidad de segregación social de miles de niños y adolescentes que deambulan por las calles, los hogares y las instituciones, evidenciando el contexto perverso que se esfuerza por borrar todo y cualquier rastro de humanidad de los denominados “niños de la calle”. Este artículo resulta de una acción de extensión cuyo objetivo fue propiciar, por medio de un grupo operativo, un espacio de construcción colectiva en torno al nombre propio, la apropiación del sujeto y del territorio para adolescentes en situación de vulnerabilidad psíquica y social. Basándose en el marco teórico psicoanalítico, la acción clínica, así como la construcción de este texto, buscaron poner de relieve, en la vida de estos niños y adolescentes, las funciones psíquicas del nombre propio y del territorio, entendiéndolas como constitutivas de lugares psíquicos y de espacios de pertenencia y reconocimiento para sujetos del deseo, a pesar de la desubjetivación y de la marca de exclusión que conlleva la nominación “niños de la calle”.

Palabras clave: psicoanálisis, niños de la calle, nombre propio, territorio, institución.

Résumé

Ruptures, violences, violation des droits humains, pertes drastiques, trafic de drogues, exploitation sexuelle, délits, errances. C’est dans la trame de ces facteurs que se dessine la complexe réalité de ségrégation sociale de milliers d’enfants et d’adolescents qui errent dans les rues, dans les maisons, dans les institutions, mettant à nu le contexte pervers qui s’efforce d’effacer le moindre signe d’humanité des « gamins des rues ». Cet article résulte d’un projet communautaire, qui avait pour objectif de permettre, par le biais d’un groupe opératoire, un espace de construction collective autour du nom propre, de l’appropriation du sujet et du territoire pour des adolescents en situation de vulnérabilité psychique et sociale. En s’appuyant sur le référentiel théorique psychanalytique, l’action clinique, ainsi que l’élaboration de ce texte, ont visé à mettre en relief, dans la vie de ces enfants et adolescents, les fonctions psychiques du nom propre et du territoire, en les comprenant comme constitutives de lieux psychiques et d’espaces d’appartenance et de reconnaissance pour des sujets du désir, en dépit de la désubjectivation et de la marque d’exclusion que la nomination « gamins des rues » véhicule.

Mots-clés : psychanalyse, enfants des rues, nom propre, territoire, institution.

De Onde Partimos

Dados recentes e alarmantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023) revelam que “(...) a população em situação de rua no Brasil cresceu 38% entre 2019 e 2022, quando atingiu 281.472 pessoas”. Aponta-se ainda que, em uma década, de 2012 a 2022, houve um aumento vertiginoso de 211% de pessoas que vagueiam pelas ruas, muitas vezes, adotando-as como espaço de moradia.

Nesse universo, crianças e adolescentes – pejorativa e violentamente denominados “meninos de rua” –, perambulam pelas ruas numa espécie de “escolha forçada” (Ferreira, 2001), de fuga ou de resposta para situações insuportáveis vivenciadas no âmbito privado da casa. Assim, numa tomada de posição subjetiva, eles tomam a rua como um “palco” na cena pública, no qual atuam suas vivências traumáticas; nela encontrando, por vezes, um espaço “forçado” de sobrevivência, denunciando um contexto social perverso, constituído pela exclusão social, pela segregação e por todas as formas de violência. Nas palavras de Barros (2015, p. 99):

Trata-se de um lugar “produzido” e “determinado” pela violência de uma sociedade excludente e segregadora, marcada pelos efeitos do neoliberalismo e pelos ditames de um discurso capitalista, que escancara no “menino de rua” a violação de toda sorte de direitos humanos. Uma sociedade, assim, regida pela lógica de uma engrenagem social que, ao excluí-lo e destitui-lo da posição de sujeito, inclui-o na margem do que assegura o seu bom funcionamento.

Marcados pela destituição simbólica de um lugar de reconhecimento, adolescentes têm suas trajetórias de vida marcadas pela mutilação social que tende ao aniquilamento do desejo. Referimo-nos a adolescentes aos quais, na cultura e no laço social segregatório em que vivem, é atribuído um lugar, o de “menino de rua”, que se estrutura, como ressaltam Medeiros et al. (2022), a partir de uma narrativa hegemônica, baseada em relações de poder que denegam qualquer expressão singular.

Esses adolescentes circulam pelos espaços públicos em busca de novos “pontos de ancoragem”, conforme sugere Barros (2015) em sua tese de doutorado; partem em errância em busca de – a despeito da hostilidade e das violências da/na rua – nela encontrar um espaço possível de endereçamento, um lugar de reconhecimento e de acolhimento. Foi pautando-nos nessa perspectiva e partindo da demanda de uma instituição de atendimento psicossocial que iniciamos um percurso que culminou na escrita deste artigo, conforme explicitamos a seguir.

O Traje de um Fazer Compartilhado

Considerando o compromisso ético e político da psicanálise, e visando à lógica de uma clínica ampliada, surgiu, em abril de 2023, numa turma de estágio em psicologia clínica, o desejo de propor uma ação de extensão, inspirada na noção de clínica ampliada, numa instituição de atendimento psicossocial para crianças e adolescentes em situação de rua, na região metropolitana de Recife-PE, que havia sinalizado a importância de uma intervenção clínica no serviço. A ação que inspirou esta escrita, por meio de seus resultados, esteve vinculada ao projeto de pesquisa da supervisora clínica – “Errâncias: um estudo psicanalítico sobre o lugar do sujeito nos deslocamentos subjetivos e migratórios” –, que tem por objetivo analisar, nos deslocamentos subjetivos e migratórios, o que se faz singular na errância do sujeito, como resposta ao(s) lugar(es) psíquico(s) a ele atribuídos e por ele ocupados nas cenas familiar e social.

Na perspectiva da clínica ampliada, Rosa (2004, p. 331) realça a importância de uma prática psicanalítica extramuros, que diz respeito a “uma abordagem por via da ética e das concepções da psicanálise – de problemáticas que envolvem uma prática psicanalítica que aborda o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos (...)”. É nesse sentido que pensamos

os adolescentes em situação de rua como sujeitos afetados por contextos de exclusão e violência, marcados em seus corpos e em suas subjetividades.

Foi partindo de um trabalho de formação com os profissionais de uma organização não governamental (ONG), intitulado “Desatando e reatando nós: o acolhimento e o atendimento institucional para o/a adolescente em situação de rua”, bem como da observação do espaço institucional e da participação em algumas oficinas com os/as atendidos/as – como a eles a instituição se refere – que surgiu a proposta da referida ação clínica. Nos contatos que tivemos com os adolescentes, fez-se pertinente discorrer sobre os aspectos que nos “saltaram aos olhos e aos ouvidos” durante esta prática. Juntamente a isso, após alguns encontros com os profissionais da instituição, fomos “fisgados” pelos relatos de experiências, em meio aos impasses institucionais, momentos em que o nome próprio e o território se impuseram como dimensões que atravessavam a vida dos adolescentes em questão.

Destacando a escrita como elemento fundamental na construção de um saber-fazer clínico, este texto reúne reverberações teórico-clínicas da experiência que acolheu demandas distintas, pautadas num desejo em comum: fazer a palavra circular entre os adolescentes, escutar o que eles têm a dizer, reconhecê-los no lugar de sujeitos de desejo, cidadãos de direitos e deveres, aos quais devem ser assegurados os direitos humanos. A nós, da clínica-escola, a aposta era no sujeito do inconsciente, aposta essa sustentada na e pela ética da psicanálise.

Assim, no encontro e entrecruzamento de demandas – dos adolescentes, dos estagiários, da pesquisadora e da instituição –, delineou-se o foco de nossa intervenção, que pretendeu trabalhar com os/as adolescentes da instituição dois aspectos, a nosso ver, basilares na realidade subjetiva desses adolescentes: o nome próprio e o território.

Baseando-nos nessas premissas e pensando numa ação interventiva grupal ancorada no referencial teórico psicanalítico, pautamos nossa ação na proposta de Pichon-Rivière (2005) acerca do grupo operativo, com o objetivo de propiciar, para adolescentes em situação de vulnerabilidade psíquica e social, um espaço de construção coletiva acerca do nome próprio, da apropriação do sujeito e do território. Conforme propõe Pichon-Rivière (2005), o grupo operativo se volta para a realização de tarefas e funciona, simultaneamente, como espaço possível de aprendizagem, de análise das interações e de transformação subjetiva dos participantes. Visando à transformação subjetiva de seus participantes, em sua singularidade, ao mesmo tempo em que trabalha a coletividade, a partir da dinâmica e do funcionamento do grupo, consideramos a pertinência e relevância do grupo operativo para a ação que pretendíamos desenvolver, no sentido da oferta de um espaço de construção coletiva acerca do nome próprio, da apropriação do sujeito e do território.

Os encontros aconteceram na própria instituição e foram facilitados pelos estagiários do serviço-escola e pela psicóloga da ONG. O vínculo estabelecido entre eles, acreditamos, abriu um espaço, não sem algumas resistências, para o acolhimento do trabalho proposto. O intuito de fazer circular a palavra com adolescentes já é, por si só, um desafio, mas diante do recorte social dos atendidos – atravessados pelo desamparo social e discursivo –, esse desafio revelou-se ainda mais intenso. Para tanto, servimo-nos de recursos lúdicos, propondo tarefas que balizaram os encontros, com o suporte de trechos de filmes, desenhos, massas de modelar, músicas, papeis, lápis e recortes, os quais serviram de abertura para a expressão do sujeito, numa aposta de que ele pudesse se manifestar, interagir, reagir às provocações e agir em nome próprio.

Este artigo, então, apresenta contribuições acadêmicas que podem inspirar a construção de dispositivos clínico-institucionais que deem sustentação às propostas de intervenção em contextos de vulnerabilidade social. Para isso, baseamos-nos nas proposições de Rinaldi e Burszty (2008), que concebem o dispositivo clínico como um “conjunto de mecanismos, orientados a partir de um determinado campo de saber, que implicam determinadas posições neste campo e se dispõem a um determinado fim no cenário clínico” (p. 39). De um modo geral, contemplamos o que nos serviu de ancoragem teórico-clínica, pautando-nos especialmente em pressupostos lacanianos, e construímos, resguardados os cuidados éticos que uma ação clínica requer, uma narrativa que partiu daquilo que, na escuta, nos fisgou e nos pôs a trabalhar. Nesse sentido, o artigo está estruturado em três momentos: (I) iniciamos nosso trajeto realçando a função psíquica do nome próprio; (II) passamos, em seguida, pela noção de território para, ao final, (III) tecermos algumas considerações sobre o lugar da psicanálise junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade psíquica e social.

Criação de “Vulgos”: Sobre a Recusa e a Apropriação do Nome Próprio

Pouco sabemos dos nomes destes jovens que insistem em limpar os vidros de nossos carros. A dificuldade em nomeá-los talvez revele a resistência em conferir-lhes um lugar que nos leva a questionar a manutenção de um sistema que não pode prescindir dos excluídos; se tiverem nome, eles terão, ao menos, um mínimo de história, e isso os enlaça ao fluxo coletivo da cidade e os engendra nos nós que o constituem. (Sousa & Goldmeier, 2008, p. 999)

O nome próprio é uma marca distintiva que atribui um lugar àquele que acabou de chegar ao mundo, situa-o numa linhagem, especifica o enraizamento, o nascimento do sujeito, na origem da nomenclatura, enquanto insígnia advinda do Outro. O termo “próprio” implica que o nome pertence a algo ou a alguém, com a função de distingui-lo e identificá-lo de forma singular. No contexto sociolinguístico, o nome próprio é aquele que irá situar um sujeito como parte de uma

descendência familiar e histórica, reconhecendo-o como um ser social: “É a partir desse nome legalmente validado que podemos ser designados socialmente, mesmo que à nossa revelia” (Mariani, 2014, p. 133).

No contexto psicanalítico, o nome próprio, para além da designação social, é constitutivo, na medida em que advém de uma escolha do Outro, fazendo parte da pré-história do sujeito, nomeado por aquele que lhe doa um nome. “Há um outro que nomeia e isso nunca é indiferente àquele que é nomeado. Essa referência que está fora do campo linguístico contribui com elementos significantes que podem ser tomados junto com o nome próprio (...)”, sugerem Gerber e Zanotti (2020, p. 70). Assim, ao nascer, são depositados no bebê significantes que irão inseri-lo na ordem da linguagem, sendo o nome próprio uma marca simbólica, inscrita pelo Outro, que supõe um sujeito que carregará o nome, convocando-o a ser o nome que carrega. Em outros termos, o sujeito se identifica e experimenta seu próprio nome como uma representação e um espaço no desejo do Outro.

Pommier (2013) ressalta o nome próprio como um dom absoluto, “primeira instância simbólica da subjetivação” (p. 167), visto que o ato de nomear o sujeito localiza uma entidade antes não localizada. Assim, o nome, como uma forma de âncora, situa o sujeito num ponto determinado do espaço. Ato de palavra, através do qual um pai localiza seu filho na ordem simbólica, inscrevendo o dom do amor no reconhecimento da filiação.

A tomada do nome significa que o sujeito reconhece que essas qualidades lhe foram dadas, o que não quer dizer que ele as faça suas: “Ok! Eu tomo esse nome (...), mas eu farei dele aquilo que eu quiser”. Esta tomada significa o absoluto de sua singularidade. Mesmo se ele aceita o lugar que lhe foi atribuído, é preciso, primeiro, rejeitá-lo, antes de retomá-lo (...). É preciso roubar sua vida, mesmo que ela lhe tenha sido dada. Para existir, um sujeito rejeita as determinações que o objetivam: ele se divide, assim, entre ele mesmo e esta parte dele desejada pelo Outro. (Pommier, 2013, p. 126)

Nesse sentido, ao tomar o nome próprio para falar de si, para nomear-se, o sujeito se torna dividido entre aquilo que afirma sobre o “eu”, construção imaginária, e os significantes que carrega, como parte do Outro em si próprio. Ao inscrever-se no sujeito, então nomeado, o nome próprio dá origem a uma narrativa que ele – o sujeito – constrói para si a partir de seu nome (Gerber & Zanotti, 2020).

Segundo Lacan (1964-1965/2006), o nome próprio atua como uma marca primeira que diferencia e conecta o sujeito com quem o nomeou; uma sutura, ponto de costura que visa ao impossível de preencher uma lacuna estrutural no sujeito, uma falta impossível de ser preenchida, motor do desejo. Assim, diz-nos Lacan (1964-1965/2006, p. 74): “não é como indivíduo que me chamo Jacques Lacan, mas como alguma coisa que pode faltar, mediante o que esse nome vai em direção? Recobrir uma outra falta”.

É imprescindível apreender o nome próprio enquanto marca distintiva do sujeito, partindo do conceito de traço unário (Lacan, 1961-1962/2003), posto que nenhum traço é igual a outro, carregando consigo suas múltiplas significações. Com isso, Lacan aborda a dimensão da letra para situar o nome próprio como algo que pertence a essa dimensão, que circunscreve o enraizamento do sujeito, como aquilo que amarra os registros Real, Simbólico e Imaginário.

Referenciando a proposição lacaniana, que opõe a função nomeante do Nome-do-Pai ao *nomear para*, Lebrun (2010) traz uma grande contribuição para que possamos melhor compreender as nomeações que circundam a realidade dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O autor ressalta que o significante Nome-do-Pai, em sua função nomeante, responsável por barrar o desejo originário para que o sujeito possa constituir-se com seus próprios significantes, vem a ser substituído, na modernidade, pela função do “nomear para”. Essa função age no sujeito como uma marcação, quase impossibilitando a mudança do lugar atribuído pelo “para”, na medida em que opera, muitas vezes, sob a forma de um ordenamento que enclausura o sujeito.

Desse modo, de acordo com Pommier (2013), quando não se recorre ao nome próprio, quando, por exemplo, a criança é chamada por meio de insultos, ela poderá ser lançada à despersonalização do gozo autoerótico, afundando a subjetividade. Nesse caso, ao invés de o ato de nomear assegurar a distinção do sujeito e situá-lo numa filiação, a criança é confrontada com uma nominação real que a aprisiona. Assim, na ausência de um dom que veicule a transmissão do nome próprio, parece faltar ao sujeito a apropriação de um nome que opere como marca distintiva. O nome, nesse sentido, não opera como âncora, impedindo situar o sujeito num ponto determinado do espaço, donde a possível leitura do vagar sem pouso que, de acordo com Barros (2015), constitui a errância dos adolescentes em situação de rua.

As noções do “nomear para” e da nominação real dão um subsídio importante para problematizarmos os efeitos subjetivos nefastos para os adolescentes que, na rua, pejorativa e violentamente, são nomeados “meninos de rua”, marca que, facilmente colada a outras, convoca-os a agirem como “delinquentes”, “marginais”, “trombadinhas”, “cheira-cola”. Eles carregam consigo a marcação imposta pela sociedade que os coloca em um “não lugar”, ou no lugar de dejetos sociais, numa homogeneidade caracterizada pela recusa e ausência do singular: “Na desintegração do Nome próprio, é então o valor pulsional que se libera, esvaziando, mais do que despedaçando, o corpo simbólico. Esvaziando esse corpo simbólico que torna plausível um corpo vivo, em suma, o pacto entre Nome e Corpo” (Douville, 2011, p. 39).

Na ação clínica que inspirou este artigo, evidenciamos um certo receio e/ou resistência dos(as) adolescentes em compartilhar seus nomes próprios, sendo mais comum recorrerem aos apelidos ou xingamentos para se direcionarem uns

aos outros, bem como para se apresentarem e se nomearem. Lage (1992) convoca a pensar sobre essa preferência pelo “nome-coisa” como uma denúncia de um lugar imaginário de um sujeito “objetalizado” ou “coisificado”: “O novo nome cristaliza o imaginário de uma nova identidade e lhe confere uma unidade no seio da exclusão, atenuando-lhe, dessa maneira, as angústias advindas do abalo narcísico dessa nova vida” (Lage, 1992, p. 2).

Esse “nome-coisa”, ao sobrepor-se e ocultar o nome próprio, parece-nos abrir espaço para o desenfreado caminho do gozo: “um nome sem batismo, imposto pelo gozo e que não é dado *a priori*. (...) que aponta para a verdade dos modos de satisfação de um sujeito” (Gerber & Zanotti, 2020, p. 82). Somos levados, portanto, a pensar no sujeito que cria para si um nome. Nessa perspectiva, no caso dos adolescentes em situação de rua, adulterar o nome confere a liberdade do gozo frente aos excessos da rua. Ferreira (2001) discorre sobre essa adulteração como um meio de pertencimento ao coletivo, pois, na rua, é preciso “fazer um nome”, o que permite ao sujeito, em se desobrigando do que assumir o nome próprio implica, manter-se aberto às possibilidades de gozo.

Isso nos inspira a pensar no lugar que os apelidos, nomeados pelos atendidos como “vulgos”, constrói para estes adolescentes. Na prática com eles, foi possível observar as construções e os significados que seus nomes e seus vulgos possuem subjetiva e socialmente para cada um deles. Por um lado, observamos a nominação atribuída pelo laço social, que os exclui da condição de sujeitos, encerrando-os no lugar degradado e destituído do “menino de rua”, marca da exclusão que impede qualquer deslizamento significante. Em contrapartida, a invenção singular de um nome, a partilha entre pares dos “vulgos”, tem a possibilidade, por vezes, de apontar para a tentativa de criação de um lugar outro, de construção de um lugar próprio, um lugar que se quer privilegiado no território e nas relações entre os pares.

Destacamos o discurso de um adolescente, ao falar de seu desejo de construir uma nova história para seu nome e para si, diferentemente da história de seu genitor, de quem herdou o mesmo nome próprio. De acordo com Teixeira et al. (2021, p. 424), a transmissão inconsciente de uma herança afetiva é fundante no psiquismo, perpassando as gerações, desde os primórdios. É partindo do reconhecimento do que herdou do pai que esse adolescente diz que o nome próprio foi a única coisa que lhe foi transmitida e que a essa herança ele quer se opor, enfatizando que quer ser um pai diferente para seu filho, melhor do que o seu pai foi para ele.

Dando um novo destino a seu nome, outro adolescente afirma ter criado sua própria letra, uma invenção artística, singular, que nos inspira a pensar na noção de traço unário proposta por Lacan (1961-1962/2003), assim como na dimensão da letra como enraizamento do sujeito que, nesse caso, parece criar a sua letra como tentativa de ancoragem.

O nome adulterado, em alguns casos, especialmente aquele por meio do qual o adolescente se deprecia e/ou é depreciado, ao “encarnar”, por exemplo, os ordenamentos e amarras que a nominação real “menino de rua” impõe, parece denunciar a carência paterna marcada por um “nome-coisa” que denuncia a ineficácia do Nome-do-Pai. Nessa perspectiva, consideramos que a marca “menino de rua” recusa ao adolescente o lugar de sujeito de desejo, localizando-o no imaginário de um nome “objetalizado” ou mesmo “coisificado”, como ressaltado anteriormente. Nesse caso, esse nome “impróprio”, ao suturar, imaginariamente, a falta do sujeito, torna-o, também, “impróprio”, impessoal, assim como a rua, que “é de ninguém” (Ferreira, 2001) e que, em sendo de ninguém, expõe o adolescente à desmedida do gozo, à possibilidade de gozar livremente em sua dimensão mais mortífera.

Por meio do movimento errante que configura o deslocamento desses adolescentes nas ruas, parece haver uma busca por pontos de ancoragem, uma tentativa de construção de territórios como saídas psíquicas possíveis que os protegem do aniquilamento do ser e denunciam a fragilidade da família e demais instituições sociais.

Na rua, o fascínio diante do ideal de gozar fora da lei, da ilusória promessa de liberdade, do anonimato, do “fazer” um nome, se confundem com uma existência pautada na violência. A rua que “acolhe” e que promete é a mesma que viola a condição de sujeito, a mesma que abre espaço para um excesso traumático que invade o sujeito e o deixa, sozinho, exposto ao caos pulsional e à vida insalubre.

Rosa (1999) discorre sobre o gozo do “menino de rua”, esse “saber fazer com” o contexto das ruas:

O discurso sobre o menino de rua, ao mesmo tempo em que evidencia a carência, a necessidade de cuidados e atenção, coloca-o em um lugar despido de valor fálico. À menor dificuldade desliza-se do discurso da carência para o discurso do perigoso – aquele que vive o ideal de poder gozar fora da lei, que não se assujeita; aquele que ameaça com seu gozo e precisa ser detido. É preciso salientar que o discurso sobre o menino de rua potencializa no primeiro aspecto – o que vive o ideal de poder gozar fora da lei – o discurso atual sobre a criança em geral.

Assim pensamos no apelido que um adolescente recebe rotineiramente em uma esquina, por exemplo, o qual é rapidamente fixado ao sujeito que irá carregá-lo, como alcunhas que surgem das ruas nos momentos de vulnerabilidade ou de distrações. Esses apelidos tornam-se parte de suas identidades num território específico, daquilo que define seus atos, como se o próprio espaço físico validasse esses rótulos, reforçando a sensação de pertencimento a um mundo à parte. Nesse caso, os denominados “meninos de rua” adulteram seus nomes em favor de um “vulgo” que reflete a condição de rua, uma marca indelével de uma existência à margem da sociedade, lançando-os na suposta liberdade do anonimato e numa busca, por vezes, incessante, por um lugar de pertencimento e de reconhecimento.

Pudemos perceber no discurso dos atendidos como, muitas vezes, os temas propostos – nome próprio e território – atravessavam-se, um remetendo ao outro, com nuances que deslizavam metonimicamente, dando-nos a ver, como manifestações do inconsciente, a importante vinculação entre “nome próprio” e “território”, a qual emergia como que na urgência de se falar sobre essas temáticas. Os adolescentes, assim, confirmavam para nós, como num jogo de transitivismo, a hipótese que sustentamos, ao propor uma ação clínica pautada nessas duas temáticas, na suposição de que haveria ali uma demanda a esse respeito. Sim, o nome que portam, o nome que por vezes recusam ou escondem, o nome do qual se apropriam, os nomes outros que criam para si, em sendo um significante que nomeia o sujeito, na busca pelo pertencimento a um lugar, é o que os conduz, na vida, na construção do que se faz território para cada um(a). Assim, repetidas vezes, ao assinarem alguma produção, a escrita do nome próprio ou de sua letra inicial vinha acompanhada da sigla que criavam como referência ao lugar em que habitam, quase que numa espécie de continuum, como que inventando para si “sobrenomes-lugares”.

Na passagem, em nossa escrita, do nome próprio para o território, seguindo a cadência que os adolescentes imprimiram neste texto, consideramos que os apelidos, os “vulgos”, são como marcas inscritas por esses adolescentes em si mesmos, os quais carregam consigo o que consideramos tratar-se dos efeitos psíquicos de três nomeações: a do nome que lhes foi dado ao nascimento, a dos nomes-coisa que a vida lhes impôs, e a dos nomes por eles criados, escolhidos e assumidos.

Nas proposições que tece em seu estudo sobre o nome próprio, Pommier (2013) realça que, para se apropriar do nome que é atribuído no ato do nascimento ao bebê, o sujeito deverá, inicialmente, rejeitá-lo. Observamos, na realidade de adolescentes em situação de rua, que, em alguns casos, essa rejeição se dá em ato, na partida para uma vida errante, numa recusa ao lugar que lhes foi atribuído. Assim, é na recusa ao nome próprio e ao lugar de origem que adolescentes se confrontam, no espaço público, com a marca “menino de rua”, encarnando-a – ocupando o lugar de dejetos social – ou recusando-a – tomando a rua como palco para suas atuações e saídas singulares. Nesse cenário, a invenção de um “vulgo”, a escolha de um novo nome para si, como elemento de reconhecimento entre os pares, a depender da função psíquica a que responde, poderá lançá-los, no mesmo espaço físico da rua, na construção de novos territórios.

Remetemo-nos a uma das atividades realizadas na instituição, em que propusemos uma livre expressão acerca do nome próprio e das nomeações, tendo sido tangenciadas questões referentes à origem e aos atravessamentos que compõem os nomes próprios. Na ocasião, um adolescente, que se apresenta pelo apelido, construiu um desenho no qual constavam: seu nome próprio, ocupando grande parte da folha; sua assinatura; artigos esportivos, como bolas e prancha de *surf*; um pão; uma flauta; uma máquina de barbear, fazendo referência ao desejo de tornar-se barbeiro; um desenho de si mesmo e uma arma. Ele não coloca seu “vulgo” na produção e explica que todas as imagens compõem seu nome próprio, pois representam a complexidade de sua existência no mundo, num aglomerado de cenas isoladas que gostaria de vivenciar e outras que gostaria de esquecer. Não sendo reconhecido pelo nome próprio com que assina sua produção, o “vulgo”, mesmo que ausente no desenho, parece uma alternativa de costura para essas vivências e seu modo de se apresentar e atuar nas ruas.

Para esses adolescentes, muitas vezes invisíveis aos olhos da sociedade, ter um nome, assumi-lo e se apropriar dele, vai na contramão do anonimato imposto por um contexto de segregação social, que os coloca numa espécie de massa indiferenciada, nomeada por “meninos de rua”, visando ao apagamento desses sujeitos. É nesse cenário, assim consideramos, que crianças e adolescentes ocupam e tomam as ruas como um espaço de sobrevivência, palco de lutas diárias, marcadas por encontros e desencontros, na busca por um lugar de pertencimento, pela construção de um território próprio.

Meu Território, o Meu Lugar

“O meu lugar. É cercado de luta e suor. Esperança num mundo melhor. E cerveja pra comemorar” (Arlindo Cruz). Foi com essa música que sugerimos introduzir a temática do território nos encontros com os/as adolescentes atendidos. Uma música que lhes tocou, certamente pela familiaridade, mas também, assim supomos, pelo que estava ali em questão. Tratava-se de pensar, falar, produzir sobre território.

Quando o sujeito fala do lugar em que vive, delimitando o território ao qual pertence, geralmente ele narra, afetivamente, costumes, tradições, cotidiano e memórias do “seu lugar”, para onde quase sempre deseja retornar e rememorar experiências marcantes vividas na infância. O que é o território para o adolescente em situação de rua? De que território se trata?

O geógrafo Milton Santos (2003) introduz o conceito de Território numa perspectiva transcendente, não apenas física, fronteira, mas de um lugar onde se entrelaçam, consolidam-se e se expressam as ações humanas, em meio aos poderes, forças, fraquezas, paixões, transformações, (re)construções.

O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.

O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em território usado, utilizado por uma população. (Santos, 2003, p. 47)

Para além do espaço físico, pensamos o território em termos do uso que se faz dele, especialmente, em termos de seus efeitos subjetivos, enquanto espaço psíquico, em suas dimensões real, simbólica e imaginária, construído e ocupado por

adolescentes errantes que encontram na rua, muitas vezes, uma saída para poderem existir. Ressaltamos que o território é habitado, ocupado, construído e forjado a partir de um desejo, de uma história, por um sujeito que carrega um nome próprio que lhe foi atribuído, um traço inscrito no psiquismo que consiste, como vimos, numa temática bastante sensível na realidade dos adolescentes em situação de rua.

O território, assim, a construção subjetiva que se faz dele, é permeada por vivências e experiências, marcada por questões econômicas, históricas, culturais, políticas, inserido que está na geografia da pólis. Numa esfera mais íntima, a construção do que se faz território para o sujeito remonta a uma história singular, ao modo como ele habita e circula pelos espaços, esboçando, a partir de seu lugar no desejo do Outro, um lugar que lhe é próprio, em meio às fronteiras físicas que o delimitam (o território) e às bordas psíquicas que nele o inserem (o sujeito no território). Demarcando possíveis bordas para o espaço, (Segers, 2009, p. 226) sugere que

(...) a problemática do limiar é essencial à questão do lugar, pois, para se situar no espaço, é preciso apoiar-se sobre as linhas e os cruzamentos das linhas. O limiar evoca o arcaico do atravessamento entre aquilo que está fora e dentro, aquilo que é suscetível de ser escamoteado. É uma espécie de perímetro de segurança precária e flutuante. Alguns cruzamentos de linhas dão a perspectiva de ângulo e abrem a possibilidade de um território.

O território se torna, assim, espaço no qual se constituem as relações humanas, no entrecruzamento de linhas, que estabelecem limites e fronteiras entre o dentro e o fora, o eu e o outro, a inclusão e a exclusão, circunscrevendo espaços geográficos, imaginários e psíquicos de pertencimento. Pensamos que é nesse entrecruzamento entre o dentro e o fora, nos endereçamentos entre o eu e o outro, que o território terá uma função psíquica singular para cada um. É nesse espaço psíquico de pertencimento que a dimensão do território poderá ecoar na invenção de apelidos e vulgos que permitem diferenciar os “meninos de rua” uns dos outros.

Pensar o território, nessa perspectiva, remete-nos à proposição winnicottiana de ambiente, o qual, para um desenvolvimento emocional saudável da criança, precisa assegurar-lhe estabilidade, constância e adaptar-se às suas necessidades de um modo suficientemente bom, favorecendo o espaço potencial do ser em seu processo maturacional. Quando o ambiente, ao invés de acolher, invade; ao invés de proporcionar segurança e estabilidade, violenta e se faz instável, as fronteiras entre os espaços, entre o eu e o outro, tornam-se obtusas, ao sujeito não sendo assegurada a proteção e o pertencimento de que necessita.

Para adolescentes que vivem em um território no qual se sentem violentados, excluídos, ameaçados, a reprodução da violência acaba se tornando uma defesa. São comuns expressões como: “*Para sobreviver lá tem que ser bandido*”; ou, numa espécie de resignação: “*Eu não tenho o que dizer desse lugar... é só morte!*”, comentário que encontra no riso e num tom jocoso o recurso que parece possível para expressar o ambiente adverso em que vivem.

Na realidade dos adolescentes atendidos, a vida nas comunidades é regida, muitas vezes, pelas leis tirânicas do tráfico de drogas, que delimita, no concreto, fronteiras muito rígidas como forma de assegurar a “proteção” contra as ameaças das comunidades rivais. Na instituição, vive-se o desafio de fazer conviver, no mesmo espaço, adolescentes advindos de comunidades rivais, num trabalho contínuo de propiciar outro ambiente, que se quer preservado das tensões e perigos externos, mesmo que não prescindindo deles. Na rua, ao invés do familiar, trata-se do desconhecido, do não território, do impessoal, do anonimato, onde se vive numa ausência total de segurança e de amor, como ressalta Douville (2008): “A rua torna-se então não um entre dois lugares, mas um puro ‘entre’ que não liga nada, o ponto mais radical do lugar em si mesmo (...)” (p.46, tradução nossa).

Segers (2009) propõe que, ao se confrontar com territórios marcados pela dissociação dos laços sociais, o errante corre o risco de perder traços e significantes de sua origem. Ao mesmo tempo, consideramos que os efeitos de determinadas marcas acompanharão o sujeito ao longo de toda sua trajetória, seja enquanto reprodução do mesmo seja enquanto repetição, possibilitadora de deslizamentos e da construção de novas posições subjetivas.

Na perspectiva da escuta do sujeito do inconsciente, entrelaçado pelo laço social e inserido num lugar desafiador, indagamos de que forma seria possível escutar adolescentes em condições de vulnerabilidade social e psíquica, falar sobre seus territórios e a partir deles. Mais especificamente, questionávamos de que modo poderíamos ofertar um espaço efetivo de escuta, de que modo facilitaríamos que a palavra circulasse, criando diálogos e reflexões sobre suas experiências vivenciadas nos espaços pelos quais transitam, nos territórios neles construídos.

Nos primeiros contatos, percebemos a urgência com que os adolescentes expressavam os lugares onde moram e frequentam. Foi nesse caminho, ao pensar o espaço físico e, para além dele, o espaço psíquico, que avaliamos a pertinência de, na ação clínica, contemplar a noção de território, o uso que eles fazem desse espaço e os efeitos subjetivos na vida dos adolescentes.

Isto posto, para trabalhar “meu território”, o “Meu lugar” de Arlindo Cruz foi um recurso importante para fazer a palavra circular. A partir das ressonâncias da música, foram apontadas semelhanças entre “o lugar” da composição e o lugar – a comunidade – de onde vêm, um território que, a despeito de toda sorte de violências e vulnerabilidades, é também lugar de pertencimento, cujas marcas os adolescentes carregam por onde circulam – “*O meu lugar/ É cercado de luta e suor/ Esperança num mundo melhor/ E cerveja pra comemorar.*”

Nos encontros com os atendidos, quando a palavra não parecia se oferecer como recurso simbólico possível, os desenhos, pinturas e montagens de lego falavam da inserção deles em seus territórios. Assim, o significado que o lugar tinha para aqueles adolescentes tomava forma através de representações do cotidiano: o símbolo da grande avenida; o desenho preciso quase que de uma planta baixa da comunidade ou mesmo da instituição; o morar do outro lado do viaduto, entre pontes e guetos; a arma como símbolo de defesa, de poder e de morte, mas também de proteção do território.

“No meu território, com quem posso contar?”, assim, demos continuidade propondo o equilíbrio de bolas de sopro no ar, em que as mãos dos adolescentes as sustentaram, tentando dar conta de não permitir que nem a sua nem as dos pares caíssem ao chão. Como manter-se firme e não perder o equilíbrio em ambientes tão adversos? Com quem se pode contar no espaço em que vivem para que esse espaço, para além de um espaço geográfico, possa operar como território, no sentido de rede de afetos, proteção, pertencimento? Naquele território também havia o “porto seguro” onde se construíam amizades, como a de duas adolescentes que podiam contar uma com a outra nos momentos difíceis e se apoiarem diante das dificuldades. O futebol não podia faltar. Na representação de um garoto, “um lugar para chamar de seu”.

O grande desafio dessa experiência era quebrar o silêncio e a resistência, era também suportar o silêncio de quem, com os olhos, parecia querer gritar sua existência. Foi assim que uma adolescente fez um desenho e, discretamente, guardou-o na gaveta. Alguns minutos depois, uma das estagiárias se aproximou e questionou se o desenho que estava na gaveta era dela. Respondendo que sim, foi indagada se poderia mostrar, ela prontamente retirando-o da gaveta e surpreendendo a estagiária com um papel com uma textura de fundo, feito, explica ela, a deslizar o lápis no papel sobre a bancada, imprimindo os veios da madeira. Diz que está feio, amassa o papel, reduzindo-o a uma bola que segura entre as mãos. Com quem pode contar aquela adolescente que amassa o seu território? Talvez – com ele – também amasse a si mesma? O que, naquele trabalho – que impressiona pela delicadeza –, ela amassa, num impulso, contendo-se ao não jogar fora? Surpreendida com um elogio, ela abre, com muita delicadeza, a bola do papel amassado, quase num desabrochar, esticando a folha, desamassando-a sobre a mesa e oferecendo-o para que fosse incluso junto aos demais desenhos do grupo. No acolhimento a esse silêncio, especialmente no convite à adolescente, algo foi construído. Entendemos que quando conflitos provenientes das interações sociais não são reconhecidos, as tensões recaem sobre o indivíduo, tornando suas questões menos compreendidas socialmente. Afinal, que questões um “menino de rua” pode formular?

Desse encontro, destacamos também o desenho de uma criança, uma casa com um número e, ao lado dela, um coração cortado, não pintado. Instigado a falar, referencia a avó, que o acolhia em sua casa, onde ele dormia; fala de suas experiências na rua, onde passava o dia. À medida que a narrativa vai sendo tecida, ele retoma o seu desenho e começa a preencher o coração. Do vazio de um órgão que representa o afeto, surge um coração pintado de vermelho.

Na perspectiva do entrelaçamento do sujeito com seu território, destacamos a intensidade com que o território se apresentou como um espaço potente de identificação e pertencimento. Ser de um lugar é se sentir parte de algo. Assinar o nome, como vimos, acompanhado das siglas de suas comunidades, é fazer-se e nomear-se pertencente a esse espaço. Se silenciados por um pacto social que recusa a esses adolescentes a condição de sujeitos de direitos, de sujeitos de desejo, testemunhamos, naqueles encontros, a garantia de um espaço de existência digna, distanciado, mesmo que por instantes, dos efeitos perversos da exclusão e da mutilação social.

Houve, no grupo, uma implicação coletiva na construção de uma narrativa sobre os territórios em suas vidas. Foram predominantes as referências sobre violência e pobreza dos seus territórios, aos tiros e mortes frutos da rivalidade entre diferentes “domínios”. Apesar do discurso de violência, deparamo-nos com referências de afeto, criações, como a da adolescente mencionada acima, que afirma: “Eu criei uma letra diferente!”, uma narrativa acompanhada de uma frase escrita, ao lado de sua letra inventada, “A vida é linda, só para quem sabe viver.”

Observamos na escrita a influência da arte do grafite, forma de expressão visual que se destaca nos espaços urbanos, nas comunidades, sobre grandes superfícies, como muros, prédios públicos e privados. O grafite é um suporte de comunicação; mais do que isso, é expressão de resistência, é denúncia, é existência e arte.

Os muros são, na paisagem urbana, embora muito deles privados, apropriados enquanto território público pela marca/arte da ação grafite e/ou da pichação. Em muitos casos, esse símbolo (grafite) se apropria de muros tornando-os territórios através da expressão de suas “falas”, que demonstram as contradições da sociedade, as ideias daqueles grupos “marginais”, ou seja, daqueles grupos e/ou indivíduos que podem ter outras ideias, outras formas de ver e pensar o mundo, outras “racionalidades” que não a modernidade, outros “projetos” que não o do progresso; ou também, como maneira de disputar, dominar e apropriar territórios diante dos mais variados grupos que se criam no interior das cidades (...). (Mondardo & Goetttert, 2008, p. 299)

Na produção do grafite, na pichação em monumentos públicos, na escrita na própria carne, os adolescentes parecem tentar inscrever algo, parecem apelar por um olhar que se constitua como endereçamento possível, como a estagiária que convida a adolescente a mostrar o desenho guardado na gaveta. Para Douville (2008), alguns adolescentes produzem o traço não apenas pela vontade de marcar um território, mas para dar consistência a um traço que sirva de ponto de apoio para o psiquismo, bordas que contenham a excitação do corpo.

Como possível ponto de apoio para o psiquismo, no último encontro, foi trabalhado o território comum a todos: a instituição enquanto espaço que acolhe, espaço possível de endereçamento, espaço que impõe limites e regras, que impede e interdita a violência, lugar que abre possibilidades para a busca por novos territórios; lugar que se faz território. O que esse território representa para eles? As respostas foram variadas, com referências a comida, aos amigos, às oficinas de música, ao futebol, às oportunidades de crescimento e à mudança de vida.

Nesse caminho, vimos a diversidade de temas que escolheram para falar do território comum, de forma singular. Havia envolvimento e afeto em cada trabalho, o orgulho, para alguns, de apresentar seus sentimentos à equipe e aos colegas, a realização de se apresentar com o nome próprio. Mesmo diante da variedade de formas de representar o mesmo lugar, em cada desenho, em cada cor, estavam impressos a marca e o sentimento de pertença – o desejo de fazer parte de um lugar: a instituição, para chamar de “meu território”.

A Instituição-Território e a Escuta Psicanalítica de um Sujeito que tem Nome

O que pode uma instituição que visa acolher sujeitos em situação de rua diante do ordenamento de um laço social que, violentamente, relega os “miseráveis” e “desvalidos” a uma situação de desamparo social e discursivo? O que pode a psicanálise frente às adversidades e violações de adolescentes em situação de rua que encontram, por vezes, nas instituições, um ponto de apoio para o psiquismo, como sugere Douville (2008)?

Remetemo-nos à história Eliseo Diego (1946), “Del Tapiz”, que nos permite aludir e inspirar a prática psicanalítica nas instituições para adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Numa casa alojada à beira de um precipício, morava um avô que se dedicava, há longos dias, à construção de um tapete, que cobria parte de uma parede de lona em sua sala, protegendo seus quatro netos.

Em uma manhã, quando o avô não estava presente, os quatro meninos rasgaram, com infinito trabalho, parte deste tapete para ver o que havia por trás dele, suspeitando-se haver uma porta. Deparam-se, contudo, com o Indizível, descrito como a escuridão de um buraco. Ao retornar, o velho, horrorizado, corre em busca de seus instrumentos de trabalho para tentar cobrir o rasgo de uma nova forma. Os meninos gritavam, achando que se tratava de uma brincadeira, e correram em direção ao tapete, destruindo-o. Agora, o que está por trás os suga de tal forma que não conseguem se libertar do tecido, debatem-se horrorizados, tornando por rasgar ainda mais as fibras do tapete, e a sucção d’Aquilo aumenta como um delírio. O avô não consegue ajudar as crianças, pois todos iriam se perder. Sua esperança é preencher as lacunas com figuras. Tenta as inventar com suas mãos, mas se cansa... as figuras são apenas suas sombras. (Diego, 1946, p. 38)

Numa analogia com a realidade de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, a função da instituição parece estar pautada também na costura de buracos, dos diversos danos causados aos jovens pelo tecido social. Lembramo-nos que, num dos encontros com os profissionais da instituição, antes de dar início à ação clínica com os atendidos, surgiu na roda a temática de “tapar os buracos” e, assim como o velho da história, ao tentar inventar modos de obturar os furos do tapete, as falas da equipe institucional traziam essa cansativa, e por muitas vezes frustrante, tarefa de preencher as sempre abertas lacunas do sistema.

A pergunta insiste: o que pode a psicanálise diante dessa crueza, do buraco na malha que suga os “meninos de rua” para uma vida nua? Rosa (1999), ao dialogar com conceitos de Pierre Bourdieu e Mario Pujó, traça aspectos de uma dupla violência – além do já vivenciado desamparo social – que permeia os modos de (de)subjetivação dos adolescentes em situação de rua. Em sua leitura, a lógica do discurso dominante, capitalista e neoliberal, incute uma perda de valores ordenadores dos vínculos sociais que, aliada à impossibilidade de se instrumentalizar frente a isto, lança essas pessoas a um desamparo discursivo, correndo riscos de confrontação com o traumático ao toparem com aquilo que está fora do sentido: o Indizível por detrás da malha. A marca “meninos de rua” implica um enunciado sem sujeito engajado, que não estabelece laço com sua condição desejante; são “meninos de rua” por não possuírem o anteparo do discurso familiar e, portanto, têm que contar com o próprio discurso para sobreviverem no espaço da rua (Rosa, 1999).

Imersos nessas violências, muitas vezes sem nenhum apoio, as defesas que esses adolescentes conseguem erguer, por vezes, colocam-nos em condições de solidão, emudecimento e apatia, assim como os conduzem à reprodução das violências sofridas. A escuta desses sujeitos carrega consigo esses atravessamentos sociais, econômicos e discursivos pelos quais a sociedade contemporânea se baliza. Trata-se de uma estrutura que produz a segregação real, imaginária e simbólica dessas pessoas que, no confronto com o lugar mortífero que lhes é atribuído na trama social, terminam, por vezes, por se identificar com o lugar de dejetos (Rosa, 2018).

Nos grupos operativos, uma certa alusão, na expressão de alguns adolescentes, a esse lugar de dejetos, à insígnia do excluído, expressa-se num silêncio singular – um silêncio de quem parece não poder falar, de quem se mostra alheio, de quem se insiste no “não consigo fazer isso”, “minha letra é feia” ou, mesmo, no gesto de amassar o papel. Num contraponto, conforme destacamos, as letras e os nomes eram traçados no estilo do picho/grafite, como uma invenção singular.

Na instituição, no papel. Na rua, onde se picha? São espaços públicos, majoritariamente muros que delimitam fronteiras. Dunker (2015), ao abordar a temática da segregação através da lógica condominial, põe em relevo o levantamento de muros, “(...) uma forma de vida na qual a precariedade, o risco e a indeterminação teriam sido abolidos” (p. 47). Em sua análise, esse fenômeno moderno surge como uma tentativa de proteção de certos estratos sociais, com poder econômico, frente às mudanças balizadas pela lógica neoliberal. Outro ponto de anteparo é a comunidade que se forma neste interior, com suas próprias regras e modos de relação ancoradas pelo discurso familiar.

É curioso e irônico que, para certos estratos sociais, a sonhada proteção embutida sob o concreto, que garantiria proteção das situações de risco, assume agora outra função para populações frente ao desamparo social: papel para risco. Para Mariani e Medeiros (2015, p. 135), o picho e o grafite são “(...) enunciados que denunciam a fronteira da arte, o risco da vida, o gesto que transgredir, o grito. E também a escrita: ‘agente verticalizador das letras’ de uma cidade que funciona como ‘caderno de caligrafia gigante’”.

Os traçados e riscos dos adolescentes em muros que delimitam as fronteiras da exclusão, de quem está dentro e de quem está fora, dão forma ao que não se diz e ao que não se quer ver; denunciam sob os muros reais a ilusória proteção estabelecida, inscrevendo uma possível saída para si que possa brotar através das produções. Nas palavras de Douville (2002, p. 77):

(...) os jovens produzem laço e traço, talvez para salvar o imaginário e o sonho, para fazer falarem, de maneira imaginária, os vestígios reais de um exercício real e simbólico da riqueza e do poder, exercício excluído pelas crueldades econômicas contemporâneas. Ali proliferam a escritura das pichações, dos grafites.

Em consonância com a perspectiva de Douville, a ideia do grupo consistiu justamente em proporcionar a abertura para um novo território no qual os adolescentes pudessem ensaiar romper com o pacto social que os silencia e que os precipita no ato, no agir violento e destrutivo. Fazer a palavra circular, possibilitar o risco no papel, a assinatura e a enunciação do nome próprio apresentavam-se como um recurso, como um ponto de apoio para o psiquismo, apontando para possíveis novos enlances.

Uma vez mais: o que pode a psicanálise diante da crueza em que vivem esses adolescentes? Nesse cenário, como resistir? Conforme sugere Rosa (2018), a escuta psicanalítica é transgressora em relação aos fundamentos da organização social e implica um rompimento do laço que evita a escuta do sujeito do desejo. Recorremos a Sousa (2014), ao propor que a transgressão, necessária à arte e ao ato criativo, tenta desfazer fronteiras e nos empurra para espaços que evitamos ver. Ao interromper o fluxo das lógicas instituídas, a transgressão revela os avessos das “verdades”, aciona o informe como uma força capaz de mudar posições, abrindo outros espaços de significantes que veiculam outras geografias de mundo. Em consonância com os autores, Broide (2019) esclarece que a escuta territorial se dá a partir de dispositivos, ferramentas de fazer ver e falar, diante da urgência, daquilo que não é dito e não circula.

Trata-se, assim defendemos, de um posicionamento ético e político que opera um corte no que aprisiona os “meninos de rua” enquanto dejetos do pacto social, inserindo-os na sua história, enquanto sujeitos que portam um nome próprio. A eles, precisa ser ofertado um espaço que opere como referente simbólico, servindo de suporte para o trabalho psíquico concernente à adolescência.

Ao término deste trabalho, da ação clínica e da construção deste texto, é digno de nota que a instituição que nos acolheu e apostou em nossa proposta já carrega consigo um olhar atento para os adolescentes atendidos. Lá eles não são “meninos de rua”, mas reconhecidos e chamados pelos seus nomes. Há uma aposta e a ousadia para abrir frestas diante do espesso e opaco muro – simbólico e real – erguido pelo mundo contemporâneo contra as pessoas em situação de rua. Desse lugar, cumprindo a função de um espaço psíquico que, para alguns, faz-se território, a instituição faz-se ponto de ancoragem, ponto de parada para a errância desses adolescentes. Assim como a casa na história do velho e seus netos, a instituição se situa no entre lugares do precipício, entre o sólido discurso social e a fragilidade do abismo em que os adolescentes, por muitas vezes, encontram-se.

Esse laço estabelecido entre instituição – equipe e espaço – e os atendidos é material para a escuta ativa do trabalho analítico que, na leitura de Broide (2006, p. 19), instrumentaliza-se através dos sentidos que perpassam o corpo no processo transferencial e contratransferencial do analista, enfrentando o desafio, necessário desafio, diz-nos o autor, de “(...) ir transformando esses cacos, pedaços e sinais em palavras, ou seja, transformar o fragmentado e mudo em simbólico, portanto em representação-palavra e ações transformadoras (...)”.

Assim como o velho diante do buraco em sua morada, a instituição pode oferecer recursos para a construção de um tapete – tecido a várias mãos, como foi a ação clínica aqui descrita e o texto dela resultante – diante do vazio com o qual esses adolescentes entram em contato de forma traumática e violenta. É nesse ponto que reside a aposta da instituição, a de constituir-se como um lugar que promova brechas para o surgimento do sujeito, a despeito da crueza do instituído. Trata-se, como propôs Sousa (2014), de interromper o fluxo das lógicas instituídas, veiculando outras geografias de mundo. Um lugar, como disse um adolescente, “para chamar de meu”. Um território seguro, em que pronunciar o nome próprio seja a via de acesso para uma tomada de posição subjetiva e para a criação de novas nomeações.

Referências

- Barros, P. C. M. (2015). “Eu vinha rodando pela rua”: *Que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua?* [Tese de Doutorado, Universidade Católica de Pernambuco]. Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações. <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/871>
- Broide, J. (2006). *A Psicanálise nas situações sociais críticas: Uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias*. [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Broide, J. (2019). A clínica psicanalítica na cidade. In E. Broide, & I. Katz (Orgs.), *Psicanálise nos espaços públicos* (pp. 48-65). IP/USP.
- Diego, E. (1946). *Divertimentos*. Ediciones Orígenes.
- Douville, O. (2002). Fundações subjetivas dos lugares da adolescência. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (23), 76-89.
- Douville, O. (2008). *De l'adolescence errante: Variations sur les non-lieux de nos modernités*. Pleins Feux.
- Douville, O. (2011). Para que serve o nome que carrego, quando minhas culturas se desmancham? *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 14(1), 35–46. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982011000100003>
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre muros*. Boitempo.
- Ferreira, T. (2001). *Os meninos e a rua: Uma interpelação à Psicanálise*. Editora Autêntica.
- Gerber, K. F., & Zanotti, S. V. (2020). Nome próprio: Influências teóricas e incidências clínicas da nomeação na obra de Lacan. *Tempo Psicanalítico*, 52(1), 61-89. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382020000100003
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2023, 23 de maio). *População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil*. <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>
- Lacan, J. (2003). *O seminário, livro 9: A identificação*. Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1961-1962).
- Lacan, J. (2006). *O seminário, livro 12: Problemas cruciais para a Psicanálise*. Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1964-1965).
- Lage, S. (1992). Nomes e renomes entre os bandidos. *Instituto Raul Soares* <https://www.fhemig.mg.gov.br/noticias/2447-instituto-raul-soares-completa-100-anos-de-historia#:~:text=Fundado%20em%207%20de%20setembro,social%20daqueles%20que%20anteriormente%20eram>
- Lebrun, J. P. (2010). *O mal-estar na subjetivação*. CMC Editora.
- Mariani, B. (2014). Nome próprio e constituição do sujeito. *Letras*, 24(48), 131-141. <https://doi.org/10.5902/2176148514428>
- Medeiros, R. H. A., Guarnieri, L. V., & Lima, T. S. (2022). Clínicas de território: Uma proposta metodológica de pesquisa e de práticas coletivas. *Psicologia Clínica*, 34(2), 243-267. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652022000200003
- Mondardo, M. L., & Goettert, J. D. (2009). Territórios simbólicos e de resistência na cidade: Grafias da pichação e do grafite. *Terr@ Plural*, 2(2), 293–308. <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1181>
- Pichon-Rivière, E. (2005). *O processo grupal*. Martins Fontes.

- Pommier, G. (2013). *Le nom propre: Fonctions logiques et inconscientes*. Presses Universitaires de France.
- Rinaldi, D. L., & Bursztyn, D. C. (2008). O desafio da clínica na atenção psicossocial. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 60(2), 32-39. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672008000200005
- Rosa, M. D. (1999). O discurso e o laço social dos meninos de rua. *Psicologia USP*, 10(2), 205–217. <https://doi.org/10.1590/S0103-65641999000200013>
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: Metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008
- Rosa, M. D. (2018). *A clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Escuta.
- Santos, M. (2003). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal* (10a ed.). Record.
- Segers, M.-J. (2009). *De l'exil à l'errance*. Érès Editions.
- Sousa, E. L. A. (2014). A transgressão que salva. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(3), 787-796. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2014v17n3-Suppl.p787.18>
- Sousa, E. L. A., & Goldmeier, P. (2008). Juventude em tempos de violência. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 8(4), 991-1020. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000400007
- Teixeira, B. C. A., Paravidini, J. L. L., & Neves, A. S. (2021). Psicanálise, infâncias e vulnerabilidades: As crianças nos espaços da cidade. *Estilos da Clínica*, 26(3), 421-434. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v26i3p421-434>

Como citar:

Barros, P. C. M., Moreira, L. F., Sá, E. V. A. C., Neves, M. F. G. C., Lima, M. L. P. O., Souza, N. N. C., Lorenzato, S. M. N., & Albuquerque, T. A. M. M. (2025). Eu, meu Nome, meu Território: Uma Ação Clínica com “Meninos de Rua”. *Revista Subjetividades*, 25(3), e15112. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v25i3.e15112>

Endereço para correspondência:

Paula Cristina Monteiro de Barros
E-mail: paula.barros@unicap.br

Luis Felipe Moreira
E-mail: luisfelipe.moreirar@gmail.com

Maíra Valois Abreu Caldas de Sá
E-mail: valois.abreu@gmail.com

Maria Fernanda Gomes Cavalcanti Neves
E-mail: mfernandaneves01@gmail.com

Maria Luísa Pereira de Oliveira Lima
E-mail: limaluisamaria02@gmail.com

Natália Nóbrega da Cruz Souza
E-mail: natincs@hotmail.com

Sandra Maria Nunes Lorenzato
E-mail: snunes18@gmail.com

Teresa Alexandrina Maura da Motta e Albuquerque
E-mail: termotta@icloud.com



Recebido em: 18/03/2024.

Aceito em: 03/08/2025.